



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0331199-1

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0000864-26.2009.8.17.0470

COMARCA : Carpina – Vara Criminal

RECORRENTE : José Fernando Pereira de Lima Junior

RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PLEITO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NECESSIDADE DE FORMULAÇÃO DO PLEITO EM PETIÇÃO AVULSA. ART. 6.º DA LEI N.º 1060/50. DEFICIÊNCIA FORMAL. NÃO CONHECIMENTO. MATERIALIDADE COMPROVADA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO ANIMUS NECANDI. INEXISTÊNCIA DE PROVA EXTREME DE DÚVIDAS. IMPOSSIBILIDADE DE INCURSÃO APROFUNDADA NA PROVA COM VISTAS AO EXAME DO ELEMENTO VOLITIVO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA APRECIAR O PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO.

I – Segundo a atual e consolidada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apesar da possibilidade do benefício ser requerido a qualquer tempo, enquanto a ação estiver em curso, o requerimento deve ser formulado em petição avulsa, que deverá ser processada em apenso aos autos principais; constituindo erro grosseiro a não observância dessa formalidade, nos termos do art. 6.º da Lei n.º 1.060/50. Pleito não conhecido.

II – Para a pronúncia, que se perfaz em mero juízo de admissibilidade da acusação, é necessário apenas que o julgador demonstre a existência do crime e indícios suficientes da autoria imputada ao réu, visto que, nessa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

fase processual, vigora o princípio *in dubio pro societate*.
Precedentes do STJ.

III – Não havendo dúvidas da inexistência de agressão injusta, atual ou iminente, por parte da vítima, não há que se falar em excludente da ilicitude por legítima defesa.

III – De igual modo, não se pode afirmar, extreme de dúvidas, que o réu não agiu com intenção de matar, mediante o simples cotejo dos elementos indiciários constantes nos autos, resta incabível, por ocasião do juízo de admissibilidade da denúncia, acatar a tese de desclassificação do crime de homicídio tentado imputado ao acusado, para o de lesão corporal, visto que nesta fase de mera admissibilidade da denúncia não cabe ao julgador incursionar no exame de qualquer aspecto volitivo ou da prova, sob pena de violar a competência soberana do Tribunal do Júri. Precedentes do STJ.

IV – Recurso não provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0331199-1**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 31 de junho de 2014.


Des.ª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0331199-1
AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0000864-26.2009.8.17.0470
COMARCA : Carpina – Vara Criminal
RECORRENTE : José Fernando Pereira de Lima Junior
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

RELATÓRIO

JOSÉ FERNANDO PEREIRA DE LIMA DA SILVA,
conhecido como “JÚNIOR”, foi denunciado como incurso nas penas do
art. 121, §2º, incisos II e IV do Código Penal Brasileiro.

Narra a denúncia que “no dia 12 de maio de 2008, por volta das 11:20 horas, na Rua Francisco Montenegro, no bairro de Santo Antônio, nesta Comarca, o denunciado tentou matar, por meio de golpes de faca, sua ex-companheira, MARINALVA LUIZA DOS SANTOS, causando-lhe as lesões indicadas no laudo de perícia traumatológica da página 21, não se consumando o crime por circunstâncias alheias à vontade do agente. A vítima estava separada do denunciado, pela segunda vez, em razão das constantes agressões físicas e morais sofridas. No dia do fato, o denunciado foi ao encontro da vítima, sob a alegação de pedir-lhe dinheiro para o pagamento da prestação de uma motocicleta. Insatisfeito com a resposta negativa, o denunciado sacou uma faca e avançou contra a vítima, desferindo-lhe vários golpes. Em seguida, o denunciado arrastou a vítima pela perna até um terreno baldio, onde tentou atingi-la com um tijolo na face, com a intenção de esmagá-la. A vítima defendeu-se com o braço e conseguiu fugir, adentrando na casa de uma vizinha, tendo sido perseguida pelo denunciado. Após entra em outra casa, ainda sob a perseguição do denunciado, a vítima se escondeu embaixo de um caminhão, sem que o denunciado a encontrasse”.

Encerrada a instrução criminal e apresentadas as alegações finais, o juiz processante pronunciou o acusado nos termos do art. 121, incisos II e IV, c/c o art. 14, inciso II, todos do Código Penal Brasileiro, conforme decisão de fls.78/80.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

Inconformado, o réu interpôs tempestivo recurso em sentido estrito (fl.87/88) acompanhado das razões recursais de fls. 89/92, onde busca, preliminarmente, o benefício da justiça gratuita, por se considerar pobre na forma da lei, e, no mérito, pugna pela reforma da sentença a fim de que seja acolhida a tese de absolvição sumária pela ocorrência da legítima defesa, e, subsidiariamente, requer a desclassificação para o delito descrito no art. 129, §9º do Código Penal Brasileiro.

O Ministério Público ofereceu contrarrazões rechaçando as alegações do recorrente, pugnando pelo não provimento do recurso, para que seja mantida a sentença de pronúncia (fls.96/97).

O togado monocrático, na fase do art. 589¹, do Código de Processo Penal, manteve a sentença recorrida (fl. 99).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti ofereceu parecer opinando pelo não provimento do recurso (fls. 108/112).

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora

¹ Art. 589 - Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de 2 (dois) dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários.



11

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0331199-1
AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0000864-26.2009.8.17.0470
COMARCA : Carpina – Vara Criminal
RECORRENTE : José Fernando Pereira de Lima Junior
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

VOTO

De proêmio, não conheço do pedido de assistência judiciária gratuita, pois, segundo a atual e consolidada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apesar da possibilidade do benefício ser requerido a qualquer tempo, enquanto a ação estiver em curso, o requerimento deve ser formulado em petição avulsa, que deverá ser processada em apenso aos autos principais; constituindo erro grosseiro a não observância dessa formalidade, nos termos do art. 6.º da Lei n.º 1.060/50, senão vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NECESSIDADE DE FORMULAÇÃO DO PLEITO EM PETIÇÃO AVULSA. ART. 6.º DA LEI N.º 1060/50. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APLICAÇÃO DO VERBETE SUMULAR N.º 182 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Segundo a atual e consolidada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, apesar da possibilidade do benefício ser requerido a qualquer tempo, enquanto a ação estiver em curso, o requerimento deve ser formulado em petição avulsa, que deverá ser processada em apenso aos autos principais; constituindo erro grosseiro a não observância dessa formalidade, nos termos do art. 6.º da Lei n.º 1.060/50.
2. O Agravante, nas razões do agravo regimental, não atacou especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que impõe a aplicação, por analogia, da

A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

Súmula n.º 182 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 184.436/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NECESSIDADE DE FORMULAÇÃO DO PLEITO EM PETIÇÃO AVULSA. ART. 6.º DA LEI N.º 1060/50. ALEGADA OFENSA AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. PLEITO ABSOLUTÓRIO. NECESSIDADE DE REEXAMINAR PROVAS. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR N.º 7 DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Segundo a atual e consolidada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, apesar da possibilidade do benefício ser requerido a qualquer tempo, enquanto a ação estiver em curso, o requerimento deve ser formulado em petição avulsa, que deverá ser processada em apenso aos autos principais; constituindo erro grosseiro a não observância dessa formalidade, nos termos do art. 6.º da Lei n.º 1.060/50.

2. Tendo sido examinadas todas as teses defensivas apresentadas na petição de apelação e de embargos de declaração, não procede a pretensa contrariedade ao art. 619 do Código de Processo Penal. 3. A pretensão recursal de absolvição, sob a alegação de falta de provas quanto à autoria e materialidade do delito, implica, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório, o que não se coaduna com a via eleita, consoante o teor da Súmula n.º 7 do STJ. 4. Agravo regimental desprovido. " (AgRg no Resp 1.098.831/SP, Rel.Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 29/06/2012).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. LOCAÇÃO E PROCESSO CIVIL. PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA NO CURSO DA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

DEMANDA. PETIÇÃO AVULSA. PROCESSAMENTO EM AUTOS APARTADOS. DEFICIÊNCIA FORMAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que, em observância ao princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional, previsto no art. 5º, XXXV, da CF/88, é plenamente cabível a concessão, a qualquer tempo, do benefício da assistência judiciária gratuita às partes. 2. No curso da demanda, o pedido de gratuidade da justiça deve ser formulado em petição avulsa, a qual será processada em apenso aos autos principais, constituindo erro grosseiro a não observância dessa formalidade, nos termos do art. 6º da Lei 1.060/50.

3. A folha de rosto do recurso especial não satisfaz a exigência do art. 6º da Lei nº 1.060/50. 4. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 1.252.414/MS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 16/03/2011).

Importa destacar que o recorrente está sendo patrocinado por defensor constituído.

Insurge-se, o recorrente, contra a sentença de pronúncia, requerendo o reconhecimento da excludente de ilicitude da legítima defesa, para que seja absolvido sumariamente.

A materialidade do delito é inconteste haja vista as fotografias acostadas às fls.16/17 e o laudo pericial traumatológico de fl. 21.

Os indícios de autoria, muito embora o recorrente tenha alegado ter agido em legítima defesa, restaram demonstrados pelos depoimentos das testemunhas ouvidas no decorrer do inquérito policial (fls. 07/12) e em juízo (fls. 63/66).

Por ocasião do seu interrogatório judicial, o acusado ratificou as declarações prestadas em sede policial (fls.13/15), afirmando (fls.67-v/68):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

"(...); QUE os fatos narrados na denúncia não são totalmente verdadeiros; QUE não é verdade que ele acusado invadiu a casa da vítima; QUE no dia dos fatos estava em casa; QUE quando se separam fizeram um acordo: ela ficaria com os móveis e ele ficaria com a moto; QUE a moto estava quase quitada; QUE a prestação da moto seria paga por ele depoente; QUE no dia foi vender uns produtos de limpeza com um amigo; QUE quando voltou o dono da casa o chamou dizendo que ela, vítima, tinha tirado os móveis, juntamente com seu então companheiro; QUE isso aconteceu pouco tempo depois da separação; QUE ainda tinha uma dívida de aluguel; QUE o acusado voltou para a casa onde morava, e o proprietário estava lá cobrando o débito de aluguel; QUE nisso o acusado foi para a casa da vítima e chegando lá estava na casa dela Carlos André, este que com uma chave de fenda agrediu o acusado; QUE a vítima estava com uma faca; QUE Carlos André agrediu o acusado com quatro tijolos; QUE derrubaram sua moto; QUE a lesão que a vítima sofreu ocorreu durante a luta entre os três: ele, depoente, a vítima e Neguinho (Carlos André); QUE era a vítima quem estava com a faca; QUE quando ele foi se defender, ela vítima se cortou; QUE ele estava desarmado; QUE confirma o depoimento prestado na delegacia (fls. 13, 14 e 15); QUE não teve a intenção de matar a vítima; QUE apenas queria se defender; Que correu para a casa de Irma Lúcia porque Neguinho o estava perseguindo para agredi-lo; QUE não tinha outro local para onde correr; QUE a pensão que ela recebe foi porque o tio deixou para ela; QUE esse tio a ameaçava; QUE a vítima morou naca desse tio; QUE a vítima saiu "arribada" da casa desse tio; QUE mesmo assim voltou a conviver com ela; QUE ele chegou a vender os móveis para dar comida a ela e aos filhos; QUE pescava; QUE ele acusado recebeu ameaças de "Vaqueiro"; Que hoje em dia não tem rixa com a vítima nem quer seu mal; QUE tem um filho com ela (...)"

Contrariamente à versão apresentada pelo acusado, a sentença de pronúncia guarda harmonia com os depoimentos prestados pelas testemunhas por ocasião do inquérito policial e em juízo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

A vítima sobrevivente **Marinalva Luíza dos Santos**, conhecida como "**Nalva**", ex-companheira do acusado, na instrução criminal, ratificou as declarações prestada por ocasião do inquérito policial (fl.07/08), aduzindo (fls.95/95-v):

"(...) Que lidos os termos das declarações prestadas na Delegacia (fls. 07/08), confirma-os na íntegra; QUE atualmente não faz os serviços domésticos, porque perdeu todos os movimentos depois dos fatos narrados na denúncia; QUE até os dias atuais faz exames e paga terceiros para fazer os serviços em sua casa; QUE no dia dos fatos o acusado chegou a sua casa chamando seu nome; QUE atendeu o chamado, no que o acusado apresentou contas para serem pagas por ela, declarante; QUE a declarante se recusou a pagar e o acusado reagiu e, usando uma faca, agrediu a declarante; QUE a faca estava enferrujada; QUE a declarante não estava armada; QUE no momento lavava roupa; QUE foi pega de surpresa; QUE o acusado desferiu oito facadas nela, declarante; QUE ela declarante sempre respeitou o acusado enquanto convivam maritalmente; QUE uma semana depois do término do relacionamento ela, declarante, se envolveu com outra pessoa; QUE o acusado soube do novo relacionamento da declarante. Dada a palavra ao defensor do acusado perguntar diretamente à testemunha (art. 212 da Lei. 11.690/2008), às suas perguntas respondeu: "Que" na primeira relação entre ela declarante e o acusado conviveram 4 anos e 6 meses; QUE tiveram um filho juntos; QUE se separaram pelos maus tratos dispensados por ele; QUE nunca prestou queixa durante o primeiro relacionamento; QUE ela declarante reclamava das atitudes do acusado com a mãe do acusado, e esta sempre a apoiava; QUE ficaram 7 a 8 anos separados e depois voltaram a conviver; QUE neste ínterim, conheceu outra pessoa e casou-se; QUE quando voltou a conviver com o acusado, estava separada de fato do seu ex-marido (embora ainda esteja formalmente casada com ele); QUE mesmo sabendo dos maus tratos, voltou a morar com ele por causa do filho que tinham juntos e porque ainda gostava muito dele, acusado; QUE foi o seu primeiro amor; QUE durante estes 8 anos, não

87



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

teve contato com ele, salvo uma vez em que o encontrou casualmente em Camaragibe; QUE ainda pegou o numero do telefone dele, acusado, mas rasgou; QUE tem ao todo 4 filhos, Luiz Fernando dos Santos de Lima, Jeferson dos Santos Silva, José Paulo dos Santos Neto e Maiara Camile dos Santos; QUE Jeferson é filho de um rapaz com quem teve um caso, chamado Luiz Fernando da Silva; QUE José Paulo e Maiara são filhos de um outro homem, chamado João Paulo dos Santos Neto; QUE destes homem, nenhum deles procurou os filhos depois que a declarante veio para morar em Carpina; QUE quando veio de Camaragibe, foi morar na Rua da Estrelinha, em Carpina, com o pai de Maiara e Paulinho; QUE quando foi morar com o acusado, o pai de Maiara e Paulinho ainda ficou dois dias nesta cidade; QUE o mesmo colocou na rádio local que ela, declarante, o havia "deixado"; QUE João Paulo esteve procurando por ela, declarante, mas não a achou; QUE diante do fato de João Paulo estar procurando por ele, ela foi pedir abrigo a Tatiane, irmã do acusado; QUE dormiu naquela casa um dia e na manha seguinte foi para a casa da mãe do acusado; QUE a então esposa do acusada estava morando com a mãe do acusado e recebeu bem a declarante; QUE depois encontrou o acusado e este chamou ela, declarante, juntamente com seus filhos, para morarem com ele; QUE ele já estava separado da esposa; QUE o acusado gostava dos filhos da declarante; QUE ouviu dizer que João Paulo procurou por ela, declarante, mas não se encontraram; QUE depois de João Paulo ter procurado por ela, ficou um tempo morando em Carpina e depois mudou-se para Itamaracá com o acusado e seus filhos; QUE nunca registrou ocorrência das agressões do acusado; QUE neste período o acusado recebeu um dinheiro do avó dele; QUE o valor era aproximadamente R\$4000,00 (quatro mil reais); QUE com este dinheiro o acusado comprou um telão, um DVD, roupas e pagou uma Kombi para levar os pertences para Itamaracá; QUE gastou R\$2000,00 em bebidas com os amigos; QUE nunca emprestou dinheiro para ela, declarante; QUE chegou a pagar prestação da moto que o acusado comprou para ele; QUE o acusado tirou a moto com um lance de R\$ 500,00 que a mãe

DS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

dele deu a ele; QUE ele não tinha emprego fixo; Que ela, declarante, o ajudava a pagar a moto; QUE o acusado contribuía quando conseguia algum dinheiro fora; QUE quando o acusado não contribuía, ela, declarante, arcava com os gastos; QUE voltou para Carpina porque o acusado bebia muito em Jtamaracá e em certo dia o acusado saiu para beber e não voltou para jantar; QUE quando ele voltou ela lhe ofereceu um prato de comida, no que Lee disse "Não vou comer isso" e agarrou-a pelo pescoço; QUE ligou para a mãe dele; QUE foi ele foi acalmado; QUE somente quando ele adormeceu ela entrou em casa; QUE por isso voltou para Carpina; QUE ela participava das "bebedeiras" que ele acusado promovia em casa, mas não é de beber; QUE o cidadão conhecido por "Vaqueiro" (Eduardo Alves de Souza) é seu ex-marido, vizinho no condomínio onde morava com o acusado; QUE "Vaqueiro" é seu atual convivente; QUE "Vaqueiro" só foi à dela e do acusado uma vez; QUE "Vaqueiro" era conhecido do acusado; QUE quando separou-se do acusado foi morar em uma casa próxima e então começou o relacionamento com "Vaqueiro"; QUE nos dias dos fatos a declarante já estava com "Eduardo"; QUE um dia antes dos fatos, em 11 de maio de 2008, o réu esteve à casa da declarante e deixou um urso de pelúcia; QUE ela declarante já estava separada do acusado e inclusive morando em outra casa; QUE neste dia não houve discussão; QUE Eduardo já estava na casa; QUE o acusado e Eduardo se cumprimentaram; QUE no dia 12, dia dos fatos, ele, acusado, voltou a procurá-la. O MM Juiz não formulou perguntas a título de complementação; (...)".

A testemunha **Maria Lúcia Vital**, conhecida como "**Irmã Lúcia**" ouvida em juízo, ratificou as declarações prestadas por ocasião do inquérito policial (fls.09/10), exceto no que pertine a motivação do crime, pois não sabe se o motivo foi o pagamento da prestação da moto, asseverando (fls.64/64-v):

"(...);QUE estava em casa quando ouviu gritos; Que quando saiu viu o acusado agredindo a vítima; QUE ele acusado estava com um pedaço de coluna de cimento (de um pedaço



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

de muro quebrado) para agredir a vítima; QUE gritou "Corre que Junior esta tentando matar Nalva"; QUE a vítima invadiu a casa dela, declarante; QUE não viu se o acusado estava portando uma faca ou um pedaço de madeira; QUE a viu com vários cortes; QUE quando gritou, Carlos André correu e o acusado disse: "Não entre que não cabe você aqui no meio"; QUE nisso a vítima correu e entrou na casa da declarante; QUE o acusado a perseguiu; QUE na casa da declarante ainda deu facadas na vítima; QUE uma facada atingiu Carlos André; QUE a vítima correu para a casa da cunhada da declarante e o acusado ainda perseguiu; QUE a vítima saiu da casa correndo e se escondeu embaixo de um caminhão e por isso escapou de morrer; QUE o acusado não viu onde ela estava, pegou a moto e foi embora; QUE dela declarante e Carlos Andre levaram a vítima para o hospital; QUE antes deste dia a vítima e o acusado sempre discutiam; QUE ela, declarante, nunca viu agressão, apenas discussão verbal; QUE . Dada a palavra ao defensor do acusado perguntar diretamente à testemunha (art. 212 da Lei. 11.690/2008), às suas perguntas respondeu: "Que" quando ela declarante saiu não viu ao acusado ferido; QUE o acusado pode ter se feriu quando o primo dela declarante jogou um tijolo e bateu na geladeira dela; QUE não viu o início da briga; QUE não tinha ninguém com eles dois; QUE quando vivam juntos, a relação parecia ser normal; QUE não via agressões públicas; QUE não sabe dizer o motivo das agressões; QUE ele acusado tem um jeito "ignorante", mas sempre dava atenção aos filhos; QUE ele considerava todos os filhos como se seus fossem; QUE ele acusado ganhava dinheiro como capoeirista e trabalhando em que oficina de grades – serralharia – da família; QUE já o viu vendendo churrasquinho na cidade; QUE é familiar do acusado e não tem interesse pessoal em condená-lo; QUE a avó do acusado é prima do pai da declarante; QUE já viu a vítima acompanhando o acusado na venda dos espetinhos da cidade; QUE não sabe dizer se o trabalho que ele fazia como Capoeira era vinculado a algum órgão público; (...) "Que" foi vizinha da vítima e do acusado em Carpina, durante um ano, logo antes da data dos fatos; QUE com pouco tempo de vizinhança aconteceram os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

atos narrados na denúncia; QUE antes eles moravam em Carpina, no Bairro Três Marias; QUE viu o acusado agredindo a vítima com uma barra de tijolo; QUE quando viu ela já estava no chão; QUE ele acusado segurou o tijolo para bater na vítima mas não sabe se a atingiu; QUE gritou por socorro, e viu quando o réu jogou a barra de tijolo na vítima, mas não sabe informar se a mesma foi atingida pois ao gritar socorro ela virou o rosto; QUE a barra de tijolo caiu perto da vítima”.

A testemunha **Luiza Ana dos Santos** ouvida em juízo ratificou o depoente prestado no inquérito policial (fl.11), afirmando (fl.65):

“(...);QUE no momento da discussão estava em casa e ouviu o grito de socorro; QUE ele acusado foi pedir o dinheiro da moto; QUE quando a declarante pegou a sua filha e um filho do acusado se aproximou dela dizendo: “Tia, meu pai vai matar minha mãe”; QUE só viu a vítima quando já estava embaixo do caminhão; QUE só viu quando o acusado estava pedindo o dinheiro da moto; QUE a declarante entrou porque sua filha estava chorando; QUE o acusado não trabalhava; QUE ele não tinha emprego fixo nem fazia bico; QUE o acusado era sustentado pela vítima; QUE a vítima recebia uma pensão do tio delas; (...)Que viu quando se iniciou a discussão; QUE não viu o que aconteceu entre este momento e a hora em que encontrou a vítima embaixo do caminhão; QUE o acusado ainda ameaçou a declarante com uma faca no pescoço dela declarante, para que ela dissesse onde estava a vítima; QUE ela não sabe que tipo de faca era; (...) Que sabia que a vítima estava cuidando da filha da declarante; QUE quando o acusado colocou o a faca no pescoço dela depoente, a vítima já estava agredida dentro do caminhão; QUE ela declarante não disse onde estava a vítima; QUE não lembra o tamanho da faca porque sua filha chorava muito; QUE tem certeza que ele estava com uma faca; QUE depois disso ele pegou a moto e fugiu; QUE a vítima ficou embaixo do caminho; QUE não ajudou a socorrer a vítima porque precisou ir para casa ficou com sua filha;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

QUE foi a Irma Lúcia que socorreu a vítima, mas não sabe se estava só”.

A testemunha **Carlos André Vital**, conhecido como **“Neguinho”** ratificou as declarações prestadas por ocasião do inquérito policial (fl.12), aduzindo (fl.65-v):

“(...);QUE ouviu o filho da vítima gritando por socorro, dizendo que seu pai mataria sua mãe; QUE jogou uma pedra em direção ao acusado; QUE a pedra não pegou no vidro; Que a pedra pegou no acusado; QUE nessa hora o acusado não conseguiu entrar, mas tentou de novo e conseguiu entrar; QUE os dois lutaram; Que ele declarante estava com uma chave de fenda; QUE o acusado deu uma facada que atingiu a Mao de declarante; QUE depois o acusado saiu e encontrou a vítima na casa da vizinha; QUR já conhecia eles da vizinhança; QUE sempre tinha confusão de marido e mulher entre eles. Mas só no dia dos fatos houve agressões entre os dois; QUE ele não trabalhava; QUE ela era “aposentada” e ela pagava tudo; QUE o acusado tinha um fiteiro para vender pipoca; QUE a vítima e o acusado estavam separados há pouco tempo; (...)“Que” conhecia a vítima há pouco tempo, mas o acusado é conhecido a há mais tempo porque é da família do irmão dele, declarante; QUE não tem conhecimento de ter o ráu praticado arruaças no local onde morava; QUE ele, declarante, não freqüentava a casa do acusado; QUE depois que eles se separaram não passou a ter relacionamentos com a vítima; Que no dia do fato o declarante estava na casa da vizinha; QUE quando ouviu o filho dele, acusado, gritando, saiu e viu o acusado com uma faca na Mao; QUE quando saiu e viu ela já estava ferida e correu já sangrando; QUE o acusado estava com uma faca peixeira preta; QUE o declarante foi junto e só sacudiu a pedra no acusado quando estava tentando entrar na casa da vizinha; QUE no que ele jogou a pedra ele acusado caiu junto da moto, subiu na moto e foi embora; Que não sabe onde ficou a faca; QUE não acompanhou a vítima até a delegacia na hora do socorro; QUE nunca teve qualquer atrito com o acusado; Que hoje não tem rixa com o acusado; QUE os dois



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

moram no mesmo lugar; QUE sempre avista o acusado; (...)“Que” viu quando o acusado estava tentando entrar na casa da Irma Lucia; QUE soube do que estava ocorrendo quando ouviu os gritos do filho do acusado dizendo que seu pai ataria sua mãe; QUE não viu a faca cair no chão e não sabe dizer se o acusado fugiu com a faca; (...)”.

As testemunhas da defesa **Geraldo Severino da Silva e Istoelson Gonçalves da Silva**, ouvidos em juízo, não trouxeram aos autos esclarecimentos concernentes ao delito, tendo em vista que não presenciaram os fatos, atestando apenas conduta social do acusado (fls.67-67-v).

Com relação ao fato de ter o acusado agido sob a excludente de ilicitude da legítima defesa, pugnando pelo reconhecimento da absolvição sumária, razão não assiste à defesa.

Vê-se, dos depoimentos testemunhais, que não houve agressão injusta, atual ou iminente, por parte da vítima, de modo a justificar a prática delituosa em comento. Assim, dúvida não há quanto à autoria imputada ao recorrente, ausente qualquer excludente de ilicitude.

O conjunto probatório emanado dos autos é suficiente a autorizar a pronúncia do recorrente, submetendo-o a julgamento pelo Tribunal Popular, inexistindo motivo para que seja absolvido sumariamente, tendo em vista que na presente fase processual impera o princípio *in dubio pro societate*.

Sendo a pronúncia mero juízo de admissibilidade, não se faz necessária, para tanto, a certeza absoluta das decisões condenatórias, mas, tão somente, a existência de indício suficiente de ter o recorrente participado do evento delituoso.

De igual modo, conclui-se, a partir dos depoimentos colhidos nos autos, que não se faz possível reconhecer, extirpe de dúvidas, que o réu não agiu com *animus necandi*.

Com efeito, o conjunto probatório não se mostra suficiente para que se possa considerar como inequívoca a tese de que o réu não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

agiu com a intenção de matar, sendo certo que nesta fase de prelibação, não pode o julgador sentenciante proceder com uma análise aprofundada da prova, tecendo considerações sobre o elemento subjetivo do tipo, cabendo ao Corpo de Jurados decidir sobre a alegada desclassificação para o delito descrito no art. 129, §9º do Código Penal Brasileiro, apreciando os quesitos a serem formulados pelo Presidente do Conselho de Sentença nesse sentido.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo a sentença de pronúncia em todos os seus termos.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora